Clã, kongsi e crédito: a economia moral do comércio chinês

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O volume sobre Genebra abre seu relato do centro financeiro com Calvino, porque a economia moral da fé reformada moldou a forma como Genebra pensava o crédito, os juros, o trabalho e a riqueza. O presente capítulo cumpre a tarefa correspondente para Singapura. Pergunta quais instituições éticas e sociais permitiram aos comerciantes chineses do século XIX emprestar uns aos outros, comerciar a grandes distâncias e acumular as fortunas sobre as quais se construiu grande parte do sistema bancário posterior de Singapura.

A resposta não pode ser uma doutrina única. Singapura não teve um Calvino. Os chineses que ali se estabeleceram não trouxeram nenhum ensinamento religioso unificado sobre o comércio. O que trouxeram foi um conjunto de instituições: a família e a linhagem, a associação de pessoas do mesmo distrito ou grupo dialetal, o templo, a irmandade jurada e a sociedade comercial. Em torno dessas instituições formou-se uma ética prática da confiança, que os comerciantes chineses exprimiam com a palavra *xinyong*, que significa ao mesmo tempo confiabilidade e solvência. Este capítulo examina essas instituições e a ética que sustentavam. Em seguida,

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

acompanha as redes de remessa pelas quais os migrantes mandavam dinheiro para casa e termina com a passagem da confiança pessoal para a confiança institucional dos bancos e tribunais.

O tema tem relação direta com a prática moderna. Redes familiares, associações de clã e canais informais de pagamento continuam fazendo parte da vida econômica de Singapura e das comunidades chinesas do Sudeste Asiático. O banqueiro ou advogado que avalia a origem do patrimônio de uma família asiática, o responsável por compliance que examina transferências informais de valores ou o assessor que estrutura uma empresa familiar em várias jurisdições depara com esse legado. Compreender como essas instituições funcionavam é parte de compreender os clientes e os riscos do centro financeiro.

O essencial

O comércio chinês na Singapura do século XIX apoiava-se mais em instituições do que em doutrinas: famílias, associações dialetais e distritais, templos, irmandades juradas e sociedades comerciais. As primeiras associações datam de 1819 e 1822, e mais de trezentas haviam sido fundadas até 1965. As sociedades secretas, a começar pela Ghee Hin em 1820, ofereciam ajuda mútua, organização do trabalho e ordem privada até que o Estado colonial as registrou em 1869 e as proibiu a partir de 1890. A ética do *xinyong* fazia da reputação uma forma de garantia dentro dessas comunidades. Firmas de remessa levavam cartas e dinheiro para a China, com 49 firmas em 1887 e cerca de 200 no auge, no fim da década de 1940, antes que bancos e instituições estatais substituíssem gradualmente a confiança pessoal pela confiança institucional.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.